

A Abolição da Verdade e da Moralidade

Francis Schaeffer

O problema básico dos cristãos dos Estados Unidos nos últimos oitenta anos, quanto à sociedade e governo, é que têm observado as coisas em pedaços e partículas, ao invés de ver a totalidade.

Aos poucos eles ficaram perturbados com a permissividade, pornografia, os problemas das escolas públicas, o desmoronamento da família, e finalmente, o aborto. Mas não viram essas coisas como um todo – cada qual uma parte, um sintoma de um problema ainda maior. Fracassaram em ver que tudo isso veio a acontecer devido a uma mudança de visão do mundo – isto é, através de uma mudança fundamental na maneira global em que as pessoas pensam e vêem o mundo e a vida como um todo. Esta mudança tem sido um *afastamento* de uma visão do mundo, que era pelo menos vagamente cristã na memória das pessoas (mesmo que estas como indivíduos não fossem cristãs), *em direção* a algo completamente contrário: uma visão do mundo baseada na idéia de que a realidade final é matéria ou energia impessoal posta na forma presente pelo acaso impessoal. Não viram que esta visão do mundo tomou o lugar da que antes dominava a cultura do norte da Europa, inclusive os Estados Unidos, que pelo menos na memória era um país cristão, mesmo que as pessoas como indivíduos não fossem cristãs.

Estas duas visões do mundo permanecem na sua totalidade, em antítese completa uma à outra, tanto no conteúdo como nos resultados naturais – inclusive os resultados sociológicos e governamentais e, especificamente, incluindo a lei.

Não é que estes dois enfoques do mundo sejam diferentes apenas na maneira como compreendem a natureza da realidade e da existência. Produzem também inevitavelmente resultados totalmente opostos. A palavra funcional aqui é *inevitável*. Não é que eles por acaso resultam em conclusões diferentes, mas é totalmente inevitável que eles tenham como fruto, resultados diferentes.

Por que os cristãos têm sido tão lerdos em compreender isto? Há várias razões, mas o centro está numa visão deturpada do cristianismo. Isto começou no movimento pietista sob a liderança de P. J. Spenger no século dezessete. O pietismo teve início com um protesto saudável contra o formalismo e contra um cristianismo por demais abstrato. Mas tinha uma espiritualidade deficiente, “platônica”. Era platônica no sentido de que o Pietismo fazia forte diferenciação entre o mundo “espiritual” e o mundo “material” – dando ao mundo material pouca ou nenhuma importância. A

totalidade da existência humana não ganhava um lugar próprio. De modo especial, negligenciava a dimensão intelectual do cristianismo.

O cristianismo e a espiritualidade foram fechados dentro de uma pequena e isolada parte da vida. A realidade total foi ignorada pelo pensamento pietista. Permitam-me dizer rapidamente que num certo sentido os cristãos devem ser pietistas: no aspecto em que o cristianismo não é apenas um conjunto de doutrinas, mesmo que de doutrinas certas. *Toda* doutrina de alguma forma tem que ter efeito sobre as nossas vidas. Mas o lado fraco do pietismo, isto é, seu modo platônico de focar as coisas, tem sido uma tragédia não só sobre as vidas, individualmente, como também na totalidade de nossa cultura.

A verdadeira espiritualidade cobre toda a realidade. Existem coisas que a Bíblia nos diz como absolutas, que são pecados – não se conformam com o caráter de Deus. Mas além destas, o Senhorio de Cristo cobre *toda* a vida e a cobre por igual. Não é apenas que a verdadeira espiritualidade cobre toda a vida, mas cobre todas as partes do espectro da vida, de forma igual. Neste sentido não existe nada na realidade que não seja espiritual;

Relacionado a isto, está o fato de que muitos cristãos não querem dizer o mesmo que eu, quando digo que o cristianismo é verdade, ou A Verdade. São cristãos, e crêem, digamos, na verdade da criação, do nascimento virginal de Cristo, dos milagres de Jesus, de Sua morte expiatória e Sua volta. Mas param aí com essas e outras verdades.

Quando digo que o cristianismo é verdadeiro, digo que é verdade em relação à realidade total – a totalidade que existe, a começar com a realidade central, a existência objetiva do Deus infinito e pessoal. O cristianismo não é apenas uma série de verdades mas é *a Verdade* – a Verdade sobre a realidade. A apreensão intelectual dessa verdade – e, a seguir, o viver baseado nesta verdade, a verdade daquilo que é – produz não apenas algum tipo de resultado pessoal, mas também produz conseqüências na lei e no governo.

Passemos ao outro lado – àqueles que se prendem ao conceito materialista de realidade final. Eles viram a diferença completa e total entre as duas posições mais rapidamente do que os cristãos a perceberam. Havia os Huxleys, George Bernard Shaw (1856-1950) e muitos outros que compreenderam há muito tempo que existem dois conceitos totais de realidade, e que era uma realidade total contra a outra total, e não apenas um conjunto isolado e separado de diferenças. *O Manifesto Humanista I*,¹ publicado em 1933, demonstrou com clareza cristalina a compreensão global que eles tinham do que estava envolvido nisso. Foi para vergonha nossa que Julian (1887-1915) e Aldous Huxley (1894-1963) e outros como eles, compreenderam muito mais cedo que os cristãos, que estes dois enfoques do

¹ *Manifestos Humanistas I e II* (New York: Prometheus Books, 1973).

mundo são dois conceitos totais de realidade em contraposição um ao outro.² Deveríamos nos envergonhar tremendamente deste fato.

Eles compreendiam não só que havia dois conceitos totalmente adversos, como também que estes resultariam em conclusões totalmente diferentes, tanto para os indivíduos como para a sociedade. Temos que entender que os dois enfoques do mundo trazem à baila, com certeza inevitável, não apenas diferenças pessoais, como também diferenças totais no modo de ver a sociedade, o governo e o direito.

Não existe como misturar estes dois enfoques do mundo. São entidades separadas que não podem ser unidas em síntese. Contudo temos que dizer que a teologia liberal, em sua própria essência, desde seu começo, é uma tentativa de se misturar os dois. A teologia liberal procura fazer uma mistura a partir do Iluminismo, e tenta sintetizar essas duas visões até os dias atuais. Mas em cada caso, quando as coisas apertam, esses teólogos liberais voltam, com a naturalidade de um navio voltando ao porto de onde veio, para o lado do humanista não religioso. Eles fazem isso com certeza porque sua teologia liberal, na verdade, é a expressão do humanismo em termos teológicos em vez de em termos filosóficos ou outros.

Um exemplo dessa volta natural para o lado dos humanistas não religiosos, está no artigo de Charles Hartshorne, no número 21 de janeiro de 1981 da revista *The Christian Century*, páginas 42-45. O título é: “*Quanto ao Aborto: Uma Tentativa de Um Ponto de Vista Racional*”. Ele começa equacionando o fato de que o feto humano está vivo assim como mosquitos e bactérias também estão vivos. Isto é, começa presumindo que a vida humana não seja singularmente diferente. Continua dizendo que *mesmo depois que o bebê nasce* não é plenamente humano até que se desenvolvam os seus relacionamentos sociais (embora ele diga que o recém-nascido tenha algumas relações sociais primitivas que um feto não nascido não tem). Sua conclusão é: “Contudo, tenho pouca simpatia para com a idéia de que infanticídio seja apenas outra forma de assassinato. As pessoas que já são funcionais em pleno sentido, têm direitos mais importantes ainda do que os recém-nascidos”. Ele dá em seguida mais um passo lógico à sua idéia: “Será que essa distinção se aplica a matar uma pessoa irreversivelmente senil ou alguém que se encontra em coma permanente? Para mim ela se aplica”. Nenhum humanista ateu poderia dizer isso com maior clareza. É significativo notar aqui que muitas das denominações controladas pela teologia liberal têm se posicionado, publicamente e com força, como favoráveis ao aborto.

O Dr. Martin E. Marty é um dos porta-vozes respeitados da teologia liberal. É editor associado do *Christian Century* e professor destacado por

² Isto não deve ser confundido com os elementos humanistas desenvolvidos um pouco mais cedo na Renascença. Francis Schaeffer, *How Should We Then Live?* (Como Então Viveremos?), (Old Tappan, N.J.: Fleming H. Revell Co., 1976) pp. 58-78.

serviços prestados, na escola de teologia da Universidade de Chicago. Muitas vezes ele é citado na imprensa secular como porta voz da “maioria” dos cristãos. Na revista *Christian Century* de 7-14 de janeiro de 1981 (páginas 13-17 e ainda página 31), há um artigo seu intitulado “Prezados Republicanos: Uma Carta sobre Humanismos”. Neste artigo ele confunde de modo brilhante os termos “ser humano”, “humanismo”, “as humanidades” e “estar apaixonado pela humanidade”. Por que faz isso? Como historiador ele sabe a distinção entre os termos, mas quando termina de ler estas páginas, o pobre leitor que não sabe, fica com a erradicação das distinções entre a posição cristã e a humanista. Admiro a sagacidade do artigo, mas lamento que nele o Dr. Marty tenha passado para o lado humanista não religioso, confundindo totalmente.

Seria bom enfatizar aqui que não devemos confundir as coisas que o Dr. Marty confundiu. *Humanitarianismo* é ser humanitário, bondoso, ajudar as pessoas e tratar as pessoas como seres humanos. As *humanidades* são os estudos de artes, literatura, música, etc. – os produtos da criatividade humana. *Humanismo* é a colocação do homem como centro de todas as coisas, fazendo-o a medida de todas as coisas.

Assim, os cristãos deveriam ser os mais humanitários de todos os povos. Certamente também os cristãos deveriam se interessar pelas humanidades como produto da criatividade humana, possível porque as pessoas são feitas de forma especial à imagem do grande Criador. Neste senso de interesse nas humanidades seria correto falar de um humanista cristão. Isto se dá especialmente no uso passado do termo. Significaria então que o cristão está interessado (como todos devemos estar) no produto da criatividade das pessoas. Neste sentido, por exemplo, podia-se dizer que Calvino era humanista cristão por conhecer tão bem as obras do escritor romano Sêneca. John Milton e muitos outros poetas cristãos também poderiam ser chamados de humanistas não só pelo conhecimento de sua própria época como também da antiguidade.

Mas, como contraste com humanitarismo e o interesse nas humanidades, os cristãos devem se opor ao humanismo falso e destrutivo, que é contrário à Bíblia e igualmente contrário ao que é o homem.

Junto com isso devemos manter distinto o “enfoque humanista do mundo”, sobre o qual temos falado, e algo que se denomina de “Sociedade Humanista”, que produziu os *Manifestos Humanistas I e II* (1933 e 1973). A Sociedade Humanista é composta de um grupo relativamente pequeno de pessoas (algumas das quais, porém, de grande influência no pensamento do mundo – John Dewey, Sir Julian Huxley, Jacques Monod, B. F. Skinner, etc.). O enfoque humanista do mundo, entretanto, inclui milhares de adeptos e controla hoje o consenso da sociedade, grande parte dos meios de comunicação, mito do que é ensinado em nossas escolas, e muitas das leis arbitrárias produzidas pelos diversos setores do governo.

O termo usado nesse sentido mais amplo e mais conhecido significa que o Homem parte de si mesmo, sem conhecimento algum exceto o que ele próprio pode descobrir, e sem padrões fora de si mesmo. Nesta visão o Homem é a medida de todas as coisas, conforme o Renascimento o expressou.

Em nenhum lugar esses dois conceitos totais de realidade, ou seja, o todo judaico-cristão e o humanista de encarar o mundo, têm sido mais abertos para nossa observação do que no governo e no direito.

Nós que somos do Norte da Europa (e temos que nos lembrar que os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e outros tais, são extensões do Norte europeu) consideramos como natural nosso *equilíbrio de forma e liberdade*. Existe forma no reconhecimento das obrigações da sociedade, e existe liberdade no reconhecimento dos direitos do indivíduo. Temos forma, temos liberdade; existe liberdade, existe forma. Existe aqui um equilíbrio que temos considerado como se fosse natural no mundo. Mas *não é* natural. Seremos totalmente tolos se olharmos toda a extensão da história e lermos os jornais de cada dia, que dão a história contemporânea, e não compreendermos que o equilíbrio de forma e liberdade no governo, experimentado pelo norte da Europa desde a época da Reforma, e nos países que vieram a existir a partir dali, é singular e único no mundo passado e presente.

Isto não significa que ninguém tenha lutado com essas questões e nem que não tenha havido produção valiosa antes da Reforma. Podemos pensar, por exemplo, no movimento de concílio da igreja no fim da época medieval e nos primeiros parlamentos medievais.³ Temos que considerar em especial o antigo Direito Comum Inglês. Em relação ao Direito Comum (e todo Direito britânico) podemos mencionar Henrique DeBracton de quem falarei mais a respeito daqui a pouco.

Os que mantêm o conceito de realidade como matéria-e-energia-ao-acaso, sejam eles marxistas ou não marxistas, não apenas desconhecem a verdade da realidade final, Deus: eles não sabem quem é o Homem! Seu conceito do Homem é aquilo que o Homem não é, assim como seu conceito de realidade final é o que não é a realidade final. Como estão enganados em seu conceito do Homem, seu conceito de sociedade e de direito também está errado, e não possuem base suficiente nem para a sociedade e nem para o direito.

Reduziram o Homem a menos do que sua finitude natural, vendo-o apenas como uma disposição complexa de moléculas, tornada complexa pelo acaso cego. Em vez de vê-lo como algo grandioso e significativo, mesmo quando em pecado, eles vêem o homem como um mero animal intrinsecamente competitivo, sem nenhum princípio operante além da seleção

³ Ver *How Should We Then Live?*, pp. 40 e 109.

natural trazida pelo mais forte, o mais apto, o que fica por cima. Vêm o homem agindo desta forma tanto individualmente como coletivamente na sociedade.

Mesmo baseado na finitude do homem, fazer com que as pessoas jurem nos tribunais *em nome da humanidade*, conforme alguns sugerem, dizendo algo como “Juramos pela honra perante toda a humanidade”,⁴ seria insuficiente. Mas reduzido ao ponto de vista materialista do homem, é ainda pior. Embora palavras bonitas possam ser empregadas, na verdade a lei constituída nesta base poderá significar força bruta.

Neste contexto, o Utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1842) pode ser e tem de ser tudo que a lei significa. Isto inevitavelmente conduz à conclusão feita por Oliver Wendell Holmes, Jr. (1841-1935): “A vida do direito não tem sido a lógica, e, sim, a experiência”.⁵ Isto é, *não há* base para a lei exceto a experiência limitada e finita do Homem. De maneira especial com o conceito darwiniano do Homem, de sobrevivência do mais apto (que era adotada por Holmes), isso tem que levar, e levará, à conclusão final de Holmes: o direito é “o voto majoritário da nação que poderia sobrepujar todas as demais”.⁶

O problema sempre foi, e é: qual a base adequada para a lei e o direito? O que é adequado para que a aspiração humana pela liberdade possa existir sem anarquia, contudo oferecendo forma que não venha a ser tirania arbitrária?

Em contraste ao conceito materialista, o Homem na realidade é feito à imagem de Deus e tem verdadeira qualidade humana, humanidade. Essa humanidade do homem tem produzido variados graus de sucesso em governo, trazendo à luz governos que eram mais do que mero domínio da força bruta.

Aqueles que permanecem dentro do fluxo da visão judaico-cristã do mundo têm tido algo mais. A influência da visão judaico-cristã do mundo pode ser observada na influência de Henry DeBracton sobre a Lei Britânica. O juiz inglês, que vivia no século treze, escreveu *De Legibus et Consuetudinibus* (c. 1250).

Bracton, neste fluxo do ponto de vista judaico cristão do mundo, disse:

E que ele (o Rei) deva estar sob a lei, aparece claramente na analogia de Jesus Cristo, que é o vice-regente sobre a terra; pois embora muitos caminhos fossem abertos a Ele para a redenção inefável da raça humana, a verdadeira misericórdia de Deus

⁴ Ver o livro de Will e Ariel Durant, *The Lessons of History* (Lições de História), (New York: Simon and Schuster, 1968), pp. 84-86.

⁵ *American Law Review*, XIV, (1880), p. 233.

⁶ *Harvard Law Review*, XL, (1918),

escolheu esta poderosíssima forma de destruir a obra do diabo, ou seja, de que ele não empregará o poder da força e sim a razão da justiça.^{7, 8}

Em outras palavras, Deus, no seu pleno poder poderia ter esmagado a Satanás em sua revolta pelo uso desse poder suficiente. Mas em razão do caráter de Deus, a justiça veio antes do uso do poder sozinho. Assim sendo, Cristo morreu para que a justiça, baseada no que Deus é, fosse a solução. Bracton codificou o seguinte: O exemplo de Cristo, em razão de quem Ele é, é o nosso padrão, nossa medida, nossa regra. Portanto o poder não vem primeiro, mas em primeiro, na sociedade, vêm a justiça e o direito. O príncipe pode ter o poder de controlar e reinar, mas não tem o direito de fazê-lo sem justiça. Esta era a base do Direito Comum inglês. A Carta Magna (1215) foi escrita dentro de trinta e cinco anos (ou menos) do *De Legibus* de Bracton, no meio do mesmo pensamento universal na Inglaterra daquela época.

A Reforma (300 anos depois de Bracton) refinou e clarificou este conceito ainda mais. Acabou com as incrustações que tinham sido adicionadas à visão judaico-cristã do mundo e esclareceu o assunto de autoridade – com a autoridade repousando sobre a Escritura ao invés de sobre a igreja e a Escritura, ou do Estado e a Escritura. Isto não apenas teve significado com respeito à doutrina, como também esclareceu a base do Direito.

Esta base era a Lei escrita de Deus, atravessando o Novo Testamento e voltando até a lei escrita de Moisés; o conteúdo e a autoridade dessa Lei escrita tinha raízes Naquele que é a realidade final. Assim, nem a igreja e nem o estado eram iguais a, muito menos superiores a, essa Lei. A base para a lei não é dividida, e ninguém tem o direito de colocar qualquer coisa, inclusive rei, estado ou igreja, acima do conteúdo da Lei de Deus.

O que a Reforma fez foi voltar com clareza e coerência às origens, à realidade final, Deus; igualmente, ela voltou para a realidade do homem – não somente as necessidades pessoais do Homem (como salvação), mas também para as necessidades sociais do homem.

Por 400 anos temos tido, como produto dessa clareza, algo que contrasta singularmente com a situação que existia no mundo quanto às formas de governo. Alguns leitores aprenderam que as cidades-estados da Grécia tinham os nossos conceitos de governo. Isso simplesmente não é verdade.⁹ Basta ler a *República* de Platão para observar com tremenda força este fato.

Quando os homens de nosso Departamento de Estado, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, saíram pelo mundo tentando implantar

⁷ Henry De Bracton, tradução de *De Legibus et Consuetudinibus* (Cambridge, Mass.: Harvard-Belknap, 1968).

⁸ Ver James L. Fisk, *The Law and Its Timeless Standard* (Washington: Lex Rex Institute).

⁹ Ver de Will e Ariel Durant, *The Lessons of History*, pp. 70-75.

nosso equilíbrio de forma e liberdade no governo, sobre culturas cuja filosofia e religião jamais o produziram, isso resultou, em quase todos os casos, em alguma forma de totalitarismo ou autoritarismo.

Os humanistas procuram promover “liberdade”, mas não possuindo o consenso cristão para contê-la, essa “liberdade” leva ao caos ou à escravidão sob o estado (ou sob uma elite). O humanismo, com sua falta de *qualquer* base final ou lei, sempre leva ao caos. Assim ele conduz naturalmente a alguma forma de autoritarismo que busca controlar o caos. Tendo produzido a doença, o humanismo dá mais do mesmo tipo de “remédio” (a própria doença) em busca duma cura. Com seu conceito errado de realidade final, não tem uma razão intrínseca pela qual se interessar pelo indivíduo, pelo ser humano. Seu interesse natural está nos dois coletivos: o estado e a sociedade.

Fonte: *Manifesto Cristão*, Francis Schaeffer, Editora Refúgio, pg. 23-32.